

Inovação, Gestão e Sustentabilidade 2

**Jaqueline Fonseca Rodrigues
(Organizadora)**



Atena
Editora
Ano 2019

Jaqueline Fonseca Rodrigues
(Organizadora)

Inovação, Gestão e Sustentabilidade 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
158	<p>Inovação, gestão e sustentabilidade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Jaqueline Fonseca Rodrigues. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inovação, gestão e sustentabilidade; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7247-405-4 DOI 10.22533/at.ed.054191806</p> <p>1. Desenvolvimento sustentável – Pesquisa – Brasil. 2. Inovação. 3. Tecnologia. I. Rodrigues, Jaqueline Fonseca. II. Série. CDD 509.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A edição do e book – **Inovação, Gestão e Sustentabilidade** trazem em sua essência o entendimento sobre o impacto gerado pela unificação destes.

Inovação, Gestão e Sustentabilidade aborda os desafios para as empresas e a sociedade em relação aos problemas ambientais que se inter-relacionam com a questão econômica. No contexto empresarial, a escassez de recursos naturais impõe a seguinte reflexão: Como inovar e ao mesmo tempo otimizar a sustentabilidade das cadeias de valor? Esta obra pretende contribuir para a compreensão desse contexto, apresentando alternativas analíticas e estratégias para as empresas nesse novo cenário socioeconômico, ambiental e inovador.

A preocupação com **Sustentabilidade** pode lançar as questões de **Inovação e Gestão** para um novo e diferenciado patamar, colocando-a, definitivamente, na ordem do diferencial competitivo.

Pode-se observar que tanto a **Inovação**, quanto a **Sustentabilidade** aliadas à processos de **Gestão** podem se tornarem fundamentais para a promoção da competitividade em contextos regionais e globais, bem como representarem a diferença na obtenção de resultados empresariais.

A busca por organizações “**Sustentáveis**” que sejam modelos de eficiência econômica e ambiental vêm sendo o maior desafio em um cenário globalizado e de constante mutação.

O principal destaque dos artigos é uma abordagem voltada para os temas destacados, através da apresentação de mudanças climáticas e as consequências ambientais no meio rural; a **sustentabilidade** e o desenvolvimento da suinocultura com **a gestão** de resíduos sólidos; o agronegócio da soja em mato grosso: explorando as fontes de **inovação** e/ou conhecimento; além da contribuição para que se interprete as relações inovadoras, sustentáveis e econômicas em várias outras pesquisas. a preferência pela escolha efetuada inclui as mais diversas regiões do país e aborda tanto questões de regionalidade quanto fatores de desigualdade promovidas pelo tema em destaque.

Necessita-se destacar que os locais escolhidos para as pesquisas exibidas, são os mais variados, o que promove uma ótica diferenciada da visão **sustentável**, da **gestão** e da **inovação**, ampliando os conhecimentos acerca dos assuntos apresentados.

A relevância ainda se estende na abordagem de proposições inerentes ao Desenvolvimento Regional e Territorial; Gestão da Produção e Inovação, envolvendo Agroecologia, apresentando questões relativas aos processos que buscam gerar diferencial competitivo.

Enfim, esta coletânea visa colaborar imensamente com os estudos referentes ao já destacado acima.

Não resta dúvidas que o leitor terá em mãos respeitáveis referenciais para pesquisas, estudos e identificação de cenários econômicos através de autores de

renome na área científica, que podem contribuir com o tema. Além disso, poderá identificar esses conceitos em situações cotidianas e num contexto profissional.

Jaqueline Fonseca Rodrigues
Mestre em Engenharia de Produção pelo PPGEP/UTFPR

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E RIQUEZA: UMA ANÁLISE À LUZ DA CURVA DE KUZNETS	
Raissa Micaroni Marques Ana Helena Nallin Davinha Andrea Rodrigues Ferro	
DOI 10.22533/at.ed.0541918061	
CAPÍTULO 2	13
INFLUÊNCIA DO CARRO <i>FLEX-FUEL</i> NO CONSUMO DE ETANOL ANIDRO E HIDRATADO: UMA BREVE ANÁLISE ESTATÍSTICA	
Guilherme Asai Keila Raquel Wenningkamp	
DOI 10.22533/at.ed.0541918062	
CAPÍTULO 3	22
INSTRUMENTOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS: POSSIBILIDADES NO SEGMENTO DE CAFÉ	
Jaqueline Carolino Sergio Medeiros Paulino de Carvalho Patrícia Pereira Peralta Vera Lucia de Souza Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.0541918063	
CAPÍTULO 4	34
LEVANTAMENTO ANALÍTICO E QUANTITATIVO NA SEPARAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO MANUAL DE PLÁSTICOS NO MUNICÍPIO DE INHUMAS GO	
João Baptista Chieppe Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.0541918064	
CAPÍTULO 5	40
LEVANTAMENTO DOS ESTUDOS DE <i>FAIR TRADE</i> APLICADOS AO CAFÉ: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DE 1997 A 2016	
Paulo Fernando Taveira Maselli Sabrina Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0541918065	
CAPÍTULO 6	57
LOGÍSTICA REVERSA: UM ESTUDO DA VIABILIDADE NOS NEGÓCIOS E MEIO AMBIENTE	
Dayana Lessa Amorim Laerte Corrêa Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0541918066	
CAPÍTULO 7	68
METODOLOGIA PARTICIPATIVA TECENDO UMA REDE SOLIDÁRIA	
Kátia Aparecida Santos Alessandra B. Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.0541918067	

CAPÍTULO 8	91
MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA PECUÁRIA LEITEIRA NO PARÁ: UMA APLICAÇÃO DO INSTRUMENTAL ESTATÍSTICO-ECONOMÉTRICO	
André Cutrim Carvalho	
David Ferreira Carvalho	
Raimundo Nelson Souza da Silva	
Gisalda Carvalho Filgueiras	
Carmelita de Fátima Amaral Ribeiro	
Tatiana Pará Monteiro de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.0541918068	
CAPÍTULO 9	107
O COMPROMETIMENTO COMO UM FATOR CRÍTICO DE SUCESSO EM MODELO DE TRADUÇÃO E CONTROLE DA ESTRATÉGIA EM COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS PARANAENSES	
Reginaldo Ferreira Barreiros	
Roberto Max Protil	
Vilmar Rodrigues Moreira	
Luiz Carlos Duclós	
DOI 10.22533/at.ed.0541918069	
CAPÍTULO 10	129
O PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA (1946-1964) E SEUS IMPACTOS PERCEBIDOS PELOS CENSOS AGROPECUÁRIOS	
Michel Cantagalo	
Carlos Eduardo de Freitas Vian	
DOI 10.22533/at.ed.05419180610	
CAPÍTULO 11	148
PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS E AGRICULTURA FAMILIAR: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA VERDE NO ESTADO DE GOIÁS	
Monyele Camargo Graciano	
Klaus de Oliveira Abdala	
Leandro de Lima Santos	
DOI 10.22533/at.ed.05419180611	
CAPÍTULO 12	162
POLÍTICAS PÚBLICAS, COMPRAS SUSTENTÁVEIS E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	
Joabe Alves Carneiro	
Adriana Estela Sanjuan Montebello	
DOI 10.22533/at.ed.05419180612	
CAPÍTULO 13	177
POTENCIAIS AGROGEOTURÍSTICOS NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU - ES	
Thaís Bruna Bento	
Daniela Teixeira Carvalho de Newman	
Jaqueline Carolino	
José Albino Newman Fernández	
Paula Vanessa Dias Soares	
Ronielson Xavier de Jesus	
Lucas Medici Macedo Candeias	
DOI 10.22533/at.ed.05419180613	

CAPÍTULO 14 188

POTENCIALIDADES BRASILEIRAS NA INTEGRAÇÃO DE REUSO DE ÁGUA E PRODUÇÃO BIOENERGÉTICA NA VISÃO DE ECONOMIA CIRCULAR

Priscila Mara Knoblauch
Caroline Dalastra
Fábio Spitza Stefanski
Jessica Zanivan
Natalia Klanovicz
Simone Kubeneck
Gilmar Antonio da Rosa
Paulo Reis
Aline Frumi Camargo
Thamarys Scapini
Charline Bonatto
Maria Célia da Silva Lanna
Paula Rogovski
Rafael Dorighello Cadamuro
William Michelin
Aline Viancelli
Helen Treichel
Gislaine Fongaro

DOI 10.22533/at.ed.05419180614

CAPÍTULO 15 204

PRINCIPAIS FATORES DA PRÁTICA DA INOVAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DA INDÚSTRIA DE CELULOSE

Laura Visintainer Lerman
Germen Benjamim Correia
Raquel de Abreu Pereira Uhr

DOI 10.22533/at.ed.05419180615

CAPÍTULO 16 215

RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR FEDERAL EM BELÉM (PA)

Dryelle de Nazaré Oliveira do Nascimento
Tássia Toyoi Gomes Takashima-Oliveira
Fernanda da Silva de Andrade Moreira
Gustavo Francesco de Moraes Dias

DOI 10.22533/at.ed.05419180616

CAPÍTULO 17 233

RESULTADOS ECONÔMICOS DA ATIVIDADE LEITEIRA DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO

Uellington Corrêa
Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro
Marcos Aurélio Lopes
José Willer do Prado
Bryan William Alvarenga Corrêa
Francisval de Melo Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.05419180617

CAPÍTULO 18	246
SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE DE OVELHA NO BRASIL: APLICAÇÃO DO ENFOQUE DE “CADEIAS AGROALIMENTARES CURTAS”	
Fernanda Ferreira dos Santos	
Luciano Brochine	
Rafael Araujo Nascimento	
Rubens Nunes	
Augusto Hauber Gameiro	
DOI 10.22533/at.ed.05419180618	
CAPÍTULO 19	261
INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS COMO ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA PRIMEIRA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM NO BRASIL	
Jaqueline Mallmann Haas	
Jairo Alfredo Genz Bolter	
DOI 10.22533/at.ed.05419180619	
CAPÍTULO 20	273
TERRITÓRIO, INSTITUIÇÃO E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: CONSTRUINDO A INTER-RELAÇÃO CONCEITUAL	
Walter Luiz dos Santos Júnior	
Ricardo Freitas Martins da Costa	
Fábio André Teixeira	
Rafael Silva Guerreiro	
Mateus Henrique dos Santos Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.05419180620	
CAPÍTULO 21	285
UMA VISÃO REFLEXIVA DA REALIDADE DO ARRANJO APÍCULA, NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM UM ESTADO DA AMAZÔNIA LEGAL – RONDÔNIA	
Jose Arilson de Souza	
Emanuel Fernando Maia de Souza	
Wellington Silva Porto	
Alexandre de Freitas Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.05419180621	
SOBRE A ORGANIZADORA	300

PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS E AGRICULTURA FAMILIAR: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA VERDE NO ESTADO DE GOIÁS

Monyele Camargo Graciano

Universidade Federal de São Carlos
Doutoranda em Ciência Política
São Carlos/ SP

Klaus de Oliveira Abdala

Universidade Federal de Goiás
Professor na Escola de Agronomia e Engenharia
de Alimentos - EAEA /UFG
Goiânia/ GO

Leandro de Lima Santos

Universidade Federal de São Carlos
Professor no Centro de Ciências da Natureza -
CCN/UFSCAR
Buri/ SP

RESUMO: Este trabalho buscou uma análise do programa do governo federal conhecido como Bolsa Verde, seu objetivo institucional é o desenvolvimento rural sustentável, desse modo, nesta pesquisa, tem-se a avaliação de sua efetividade no Assentamento Canudos, no estado de Goiás. A metodologia empregada baseou-se em entrevistas e aplicação de formulários com questões semi-estruturadas destinadas à mensuração do Indicador Ambiental e outras categorias complementares de análise. A pesquisa encontra-se estruturada em quatro tópicos, o primeiro refere-se a introdução, onde estão dispostas as ideias iniciais sobre o tema, o segundo consiste no contorno metodológico

do trabalho, no terceiro apresenta-se o aporte teórico da pesquisa, abrangendo aspectos sobre políticas públicas, desenvolvimento rural e sustentável e o Programa Bolsa Verde e o quarto tópico versa sobre apresentação de resultados e discussões acerca dos dados coletados.

PALAVRAS-CHAVE: Pagamento por serviços ambientais; Programa Bolsa Verde; Agricultura familiar.

PAYMENTS FOR ENVIRONMENTAL SERVICES AND FAMILY AGRICULTURE: THE EXPERIENCE OF THE GREEN BAGS PROGRAM IN THE STATE OF GOIÁS

ABSTRACT: This work sought an analysis of the federal government's program known as Bolsa Verde, its institutional objective is sustainable rural development, so, in this research, we have the evaluation of its effectiveness in the Canudos settlement, in the state of Goiás. methodology used was based on interviews and application of forms with semi-structured questions aimed at the measurement of the Environmental Indicator and other complementary categories of analysis. The research is structured in four topics, the first one refers to the introduction, where the initial ideas on the subject are arranged, the second consists in the methodological outline

of the work, the third presents the theoretical contribution of the research, covering aspects about public policies, rural and sustainable development and the Bolsa Verde Program, and the fourth topic deals with presenting results and discussions about the data collected.

KEYWORDS: Payment for environmental services; Green Bag Program; Family farming.

1 | INTRODUÇÃO

A preservação ambiental num contexto de desenvolvimento econômico gera debates conflitantes à medida que o crescimento das sociedades e a expansão das práticas agropecuárias se tornam os principais agentes de degradação da natureza. No Brasil, há diversos debates sobre o tema, sendo apontados como principais fatores de destruição o modelo produtivo agroindustrial, o aumento da população, o intenso processo de urbanização e a eminente exploração e supressão dos recursos naturais.

Conforme o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os biomas brasileiros sofreram a supressão de grande parte de suas áreas de florestas para o avanço da lavoura e da criação agropecuária. A Mata Atlântica, até o ano de 2010, perdeu 88% de sua área total para o desmatamento. Por sua vez, o bioma Cerrado teve 49% de sua área desmatada até o mesmo ano. A Caatinga, até o ano de 2009, perdeu 54% de sua área. No bioma Amazônia, a área total desmatada se aproximou de 20% da área de floresta original e 15% da área que corresponde à Amazônia Legal (IBGE, 2012).

Nesse quadro, o principal desafio do Estado brasileiro é a promoção de políticas públicas formuladas sob o paradigma do desenvolvimento sustentável, ou seja, crescimento econômico com justiça social e conservação do meio ambiente. Assim, o governo criou o Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde, instituído pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2011, tendo como principais objetivos o incentivo à conservação dos ecossistemas, a promoção da cidadania, a melhoria nas condições de vida dos beneficiários, o aumento da renda para grupos familiares que estejam vivendo em situação de extrema pobreza no meio rural e, ainda que residam em áreas determinadas como prioritárias de proteção ambiental, que estivessem desenvolvendo atividades sustentáveis em suas propriedades. Além dessas proposições, o programa busca estimular a participação dos beneficiários em oficinas de capacitação ambiental, educacional, técnica, profissional, voltada para a educação ambiental e a inclusão produtiva. (MMA, 2015).

Em Goiás, no ano de 2014, o programa contemplava 954 beneficiários, sendo 947 assentados da reforma agrária e sete inseridos em parceria com o ICMBio. Apesar de haver um considerável número de beneficiários, a época desta pesquisa o Bolsa Verde ainda não contava com estudos ou avaliações de sua efetividade no estado, desse modo, a proposta inicial deste trabalho foi preencher essa lacuna.

Para esse fim foi efetuada uma análise da efetividade do programa Bolsa Verde tomando como universo empírico o Projeto de Assentamento Canudos, criado em 17 de março de 2000, tendo 329 famílias assentadas, sendo 74 delas beneficiadas pelo Bolsa Verde, essa é considerada a maior experiência do programa no estado de Goiás em número de beneficiários. Assim, parte-se da seguinte indagação: qual a efetividade do Programa Bolsa Verde no Assentamento Canudos entre o ano de sua implementação em 2012 e 2014? A delimitação desse período se justifica na lei nº. 12.512/2011, que determina que o prazo de permanência dos beneficiários no programa seja de dois anos, passíveis de renovação.

O trabalho está disposto em quatro tópicos, o primeiro refere-se a introdução, onde encontra-se concentradas as ideias iniciais da pesquisa, o segundo consiste no contorno metodológico aplicado, o terceiro trata do aporte teórico da pesquisa, abarcando os aspectos sobre políticas públicas, desenvolvimento rural e sustentável e o Programa Bolsa Verde e por último o quarto tópico que versa sobre apresentação resultados e discussões acerca dos dados coletados na pesquisa de campo.

2 | METODOLOGIA

Esta pesquisa, inciou-se pelo levantamento bibliográfico sobre política pública, desenvolvimento rural e sustentável e o Programa Bolsa Verde. Posteriormente, foi realizada a pesquisa documental em relatórios fornecidos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que possibilitaram a determinação do universo empírico a ser pesquisado, o Assentamento Canudos.

Na pesquisa de campo realizou-se a coleta de dados por meio de entrevista, onde foram aplicados formulários semiestruturados. Outra técnica utilizada na coleta de dados foi o diário de campo, que, para Whitaker (2002), é um instrumento que aumenta a percepção do pesquisador em relação à realidade estudada, visto que torna necessário tecer um registro sobre as observações percebidas.

Para mensurar a efetividade do Programa Bolsa Verde quanto à conservação ambiental, foi utilizado o Indicador Ambiental (IA), desenvolvido por Barreto, Khan e Lima (2005), na Universidade Federal do Ceará, a partir de pesquisas realizadas em assentamentos rurais. Tal índice é auferido a partir da aplicação de um formulário, com dez perguntas, aos beneficiários do programa. Neste formulário estão ponderadas informações que indiquem a presença de práticas sustentáveis nos lotes, tais como controle de pragas, formas de conservação ambiental, maneiras de utilização do solo e outras.

Qual o método de controle de pragas utilizado na unidade produtiva? (0) Agrotóxico (1) Nenhum método ou Biológico
--

Faz utilização de fogo nas atividades agropecuárias? (0) Sim e (1) Não
Faz plantio de árvores para fins de conservação de solos? (0) Não e (1) Sim
Existe área de reserva de mata nativa na propriedade? (0) Não e (1) Sim
Utiliza prática de plantio para evitar a degradação do solo? (0) Não e (1) Sim
A casa possui sistema de esgoto ou algum tipo de fossa? (0) Não e (1) Sim
Faz rotação de cultura? (0) Não e (1) Sim
Se necessário, faz calagem? (0) Não e (1) Sim
Usa esterco animal? (0) Não e (1) Sim
Utiliza o solo de acordo com a sua vocação? (0) Não e (1) Sim

Quadro 1: Formulário para aferição do Indicador Ambiental (IA).

Fonte: Barreto, Khan e Lima (2005), adaptado pela autora.

O Indicador Ambiental (IA) é resultado de uma pesquisa realizada em assentamentos, na qual são contempladas outras categorias de análise para além da questão ambiental. Entretanto, nesta pesquisa foi empregada somente a formulação destinada à obtenção de dados atinentes ao meio ambiental. Há de se salientar que, em relação àquela pesquisa, esse índice passou por adaptação para ser aplicado e interpretado a partir de domicílios rurais em vez de comunidades. Nesse caso, as respostas percebem um padrão binário e recebem valores 0 ou 1, sendo somados os resultados para o alcance do Indicador Ambiental (IA).

A seguir, a relação das variáveis utilizadas no modelo, com seus respectivos pesos, para a aferição do IA:

Baixo nível do indicador ambiental	$0 < IA \leq 5$
Médio nível do indicador ambiental	$5 < IA \leq 8$
Alto nível do indicador ambiental	$8 < IA \leq 10$

Quadro 2: Pontuação para classificação do IA por domicílio.

Fonte: Barreto, Khan e Lima (2005), adaptado pela autora.

Ao obter o Índice Ambiental (IA) em cada unidade familiar pesquisada, será conduzida uma análise interpretativa sobre os patamares encontrados. Esta etapa da pesquisa confrontará as informações obtidas em campo a partir do questionário e elas poderão servir de parâmetro explicativo aos níveis encontrados.

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

A constituição de uma política pública consiste na “soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, influenciando a vida dos cidadãos” (PETERS, 1986, p. 21). Nesse sentido, Kiviniemi (1985) defende que a política pública estabelece um vínculo entre o governo e a sociedade e esse vínculo promove uma alteração comportamental nos cidadãos ora voluntária, ora coercitiva.

Assim, é por meio das políticas públicas que as ações dos governos e os cidadãos são conectados, desse modo, para verificar os efeitos de determinada política ou programa faz-se uma avaliação, que consiste em um conjunto de técnicas e métodos de pesquisa que pretende estabelecer uma ligação entre a motivação de uma política pública, seus objetivos institucionais e os resultados auferidos. (ARRETCHE, 1998).

No Brasil, as políticas públicas direcionadas para o meio rural passaram por fases distintas em sua formulação ao longo das décadas, face às mudanças no modelo de desenvolvimento econômico realizadas no país. Até a década de 1920, o Brasil possuía sua economia e população dependente e localizada, principalmente nas zonas rurais dos estados. Essa conjuntura somente sofreu transformações a partir da instalação do Estado Novo, com o projeto nacionalista de Getúlio Vargas. Nesse momento, as políticas públicas inseridas no país começaram a ser direcionadas para o processo de industrialização.

Em meados do século XX, como ocorrido em outros países, houve a incursão de multinacionais no campo, no Brasil tal processo tornou-se possível mediante a junção do capital estrangeiro, do empenho do governo e dos interesses dos grandes proprietários de terras. Após, a década de 1960 e início dos anos 1970, iniciou-se uma nova etapa na agricultura caracterizada, em especial, pela implantação de novas tecnologias na produção, permitindo a mecanização da lavoura, a elevação dos níveis de produtividade, o avanço da fronteira agrícola para regiões Centro-Oeste e Norte e o crescimento das cadeias produtivas. (DELGADO, 1985).

Nesse período, segundo Grisa e Schneider (2014) as políticas públicas destinadas ao campo favoreciam o crédito rural, a garantia de preços mínimos, o seguro agrícola, a assistência técnica e a extensão e ainda fomentavam incentivos fiscais às exportações dos produtos agropecuários. Por certo, para os pequenos produtores ou agricultores familiares a qualidade desse desenvolvimento não teve tanta prosperidade, haja vista, que somente foram beneficiados aqueles que detinham recursos financeiros e/ou fiduciários para investir ou para garantir o pagamento de empréstimos respectivamente. Assim, em virtude, principalmente, da diminuição da oferta de trabalho e do intenso êxodo rural, ocorreu a marginalização de significativa parcela dos pequenos produtores e conseqüentemente a ampliação do volume de latifúndios. (DELGADO, 1985).

Não obstante, durante o processo de redemocratização, segundo Aragão (1996), houve uma contundente movimentação política na defesa de interesses organizados

no Poder Legislativo, dentre eles, estavam os anseios empresariais e rurais. Ao mesmo tempo, é percebida a gênese de diversos movimentos sociais e civis com o intuito de assegurar seus objetivos na nova ordem constitucional. Diante disso, em 1984 tem-se a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e em contrapartida a criação da União Democrática Ruralista (UDR).

Esse cenário, foi marcado pela luta de diversos movimentos sociais e políticos, que tinham como objetivo comum o meio rural brasileiro, porém cada grupo, formado por parlamentares e civis, defendiam seus interesses. À vista disso, houve a diáspora de anseios estritamente vinculados à política agrícola, bem como, a dispersão de ideais relacionados à política agrária. Assim, após o período de redemocratização diversas mudanças políticas e institucionais foram estabelecidas, principalmente, no tocante às políticas públicas destinadas ao meio rural. (GRISA E SCHNEIDER, 2014).

A partir da década de 1990 os movimentos sociais do campo alcançaram espaço na agenda política do governo, após anos de conflitos em 1996 cria-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que “se constitui num marco para as políticas de desenvolvimento rural no Brasil por permitir o acesso dos chamados agricultores familiares a linhas de créditos com taxas de juros subsidiadas, algo inédito no país” (NEVES NETO; HESPANHOL, 2014, p. 87).

No Brasil, o desenvolvimento rural apresenta uma trajetória dinâmica ao longo dos anos, já que o crescimento apresentado nas décadas de 1950, 1960 e 1970 era devido às políticas públicas que promoviam a modernização da agricultura e a aplicação de tecnologias no campo. Esses fatores contribuíram para o aumento da pobreza e o êxodo rural, bem como para a degradação do meio ambiente.

Nesse sentido, o entendimento contemporâneo de desenvolvimento rural, contempla além da modernização produtiva, uma estratégia de sobrevivência para os produtores familiares, nesse sentido pode ser compreendido como a interação dos fatores econômicos e sociais, de um determinado território, ou região, na qual deve haver a coexistência de diversificados agentes produtivos. (SCHNEIDER, 2010; KAGEYAMA, 2004).

Segundo Kageyama (2004), o meio rural apresenta características relevantes para a promoção do desenvolvimento rural, pois, para a autora, esse espaço territorial ‘não é sinônimo de agrícola’, é “multissetorial” e “multifuncional”, peculiaridades ocorridas em razão da diversidade produtiva, ambiental, ecológica e social, bem como a relevante interconexão entre o rural e o urbano. Portanto, “o desenvolvimento rural deve ser um processo multinível, multiatores e multifacetado” (PLOEG et al., 2000, p.395).

Essa concepção originou um outro termo conhecido como “desenvolvimento rural sustentável”, que surgiu a partir da noção de desenvolvimento sustentável, que segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) é “aquele que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades” (NOSSO FUTURO

COMUM, 1987 p.19). Entretanto tal conceito ao longo das décadas sofreu diversas outras interpretações, que possibilitou a aplicação da noção de sustentabilidade em diversas áreas, principalmente no meio rural. Para Caporal e Costabeber (2003, p. 2) “o desenvolvimento necessita compatibilizar crescimento econômico, distribuição da riqueza e preservação ambiental”.

Uma das alternativas encontradas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável foi a introdução de políticas públicas destinadas ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), diversos países incorporam políticas de PSA em suas legislações, tendo como exemplos França, Estados Unidos e Costa Rica, países em que os programas de pagamento por serviços ambientais foram sendo ajustados.

A principal finalidade dos serviços ambientais, de acordo com Kosoy et al. (2006), é corrigir falhas de mercado oriundas de diversos fatores, sendo a agricultura o setor mais relevante a ser trabalhado. Para o autor, o pagamento por serviços ambientais busca internalizar as externalidades originadas a partir das práticas agrícolas, como a sedimentação do solo, a seca, dentre outros. Essa incorporação se dá por meio de negociações com os governos, as quais resultam em uma contraprestação que busque atingir maior eficiência alocativa.

No Brasil, o pagamento por serviços ambientais, destinado ao meio rural, conquistou maior importância nas agendas de discussões somente após a criação do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural da Amazônia (“PROAMBIENTE”), em 2000, que consistiu em um marco inicial para a introdução do PSA no país. Esse programa originou-se a partir de inúmeras manifestações dos produtores rurais familiares, em conjunto com pesquisadores e acadêmicos da Amazônia.

A partir dessa experiência o governo federal propõe a constituição do Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Programa Bolsa Verde, instituído em 2011 pela Lei nº 12.512/2011 e regulamentado pelo Decreto nº 7.572/2011 (MMA, 2011). O Programa Bolsa Verde é coordenado e operacionalizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Os beneficiários do programa devem promover o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais existentes em suas propriedades, os quais devem estar contidos em áreas prioritárias de proteção, ter a inscrição no Cadastro Único do Governo Federal, ademais de ter renda familiar per capita não superior a R\$ 77,00, ou seja, estar em situação de pobreza extrema. Assim, contemplados todos os requisitos já elencados, será feito, em contrapartida, pelo governo, o pagamento de R\$ 300,00, repassados aos beneficiários trimestralmente, pelo prazo de dois anos, passíveis de prorrogação. Esse valor é uma forma de pagamento por serviços ambientais desenvolvidos pelos assentados ou por populações tradicionais rurais.

4 | RESULTADO E DISCUSSÕES

O universo empírico desta pesquisa foi o Assentamento “Canudos”, inserido na microrregião do Vale do Rio dos Bois, localizado entre três municípios goianos: Campestre, Palmeiras e Guapó. A área total do Assentamento compreende mais de 12.000.000 hectares (ha), conta com 329 famílias que possuem lotes de 18 a 20 ha. Foram entrevistados 38 beneficiários, ou seja, 52% das famílias beneficiadas no assentamento.

Nessa região está inserida a Área de Preservação Ambiental (APA) da Serra da Jiboia, delimitada pelo Decreto nº 5.176, de 29 de fevereiro de 2000. Essa área possui relevante importância para todo o ecossistema regional, assentada do Vale do Rio dos Bois, haja vista a numerosa quantidade de nascentes de recursos hídricos originadas em sua extensão. Tal atributo torna-se determinante para a instituição do Programa Bolsa Verde neste assentamento.

Percentual da Renda Total	Quantidade de famílias		
	Renda Agrícola	Auxílios Financeiros	Pluriatividade
Não recebe/ Não produz	1	-	28
1% a 25% da Renda Total	4	30	2
26% a 50% da Renda Total	7	2	3
51% a 75% da Renda Total	6	4	5
75% a 100% da Renda Total	20	2	0

Quadro 3: Percentual da Renda Total em relação aos rendimentos auxiliares recebidos pelas famílias beneficiadas

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Das 38 famílias entrevistadas, uma não estava produzindo. Para quatro delas, a renda agrícola representa de 1% a 25% da renda total do núcleo familiar. Para sete, a renda agrícola equivale de 26% a 50% do rendimento total. Já seis famílias têm de 51% a 75% da sua renda oriundos do lote. Em vinte famílias, a renda agrícola corresponde de 75% a 100% da renda total.

Ao se analisar os dados acima, nota-se que mais de 50% das famílias entrevistadas vivem somente das atividades desenvolvidas em seus lotes. Para elas, as políticas públicas destinadas ao acesso a crédito, como o PRONAF, bem como as designadas para a criação de mercados institucionais, como o PAA, representam a viabilidade produtiva e econômica de seus negócios, dada a precariedade dos meios de produção e sua vulnerabilidade no mercado.

Os auxílios financeiros, adquiridos por meio de transferência de renda pelo governo, incorporam-se à renda não-agrícola dos beneficiários. Foi verificado que no Assentamento Canudos existem beneficiários que recebem pensões, aposentadorias e outros auxílios como Bolsa Verde e Bolsa Família. Para vários desses entrevistados, o valor dos auxílios é significativo na renda total familiar, visto que mais de 60% das famílias encontravam-se em patamares de renda agrícola de 0,5 a 1 salário mínimo, sensivelmente modificado quando se observa a renda total e o incremento dos auxílios financeiros.

A pluriatividade no caso dos beneficiários do Assentamento Canudos ainda é incipiente, pois somente 34% a exercem como forma de complementação de renda. Essas pessoas afirmaram que o valor recebido em atividades fora da gleba é em média o de um salário mínimo por mês, o que colabora para a majoração da renda total e, conseqüentemente, para a melhoria das condições de vida do grupo familiar, inclusive nos níveis de segurança alimentar, discutidos adiante.

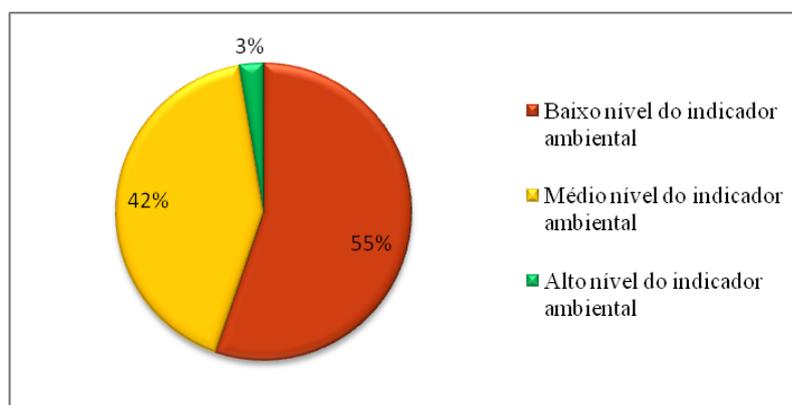


Gráfico 1: Nível do Indicador Ambiental dos lotes dos beneficiários

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Ao analisar o Gráfico 1 percebe-se que na moda (55%) os beneficiários do Assentamento Canudos apresentam um baixo nível do Indicador Ambiental. Em 42% das glebas foram detectados Médio Indicador Ambiental e em somente 3% percebeu-se um Alto Indicador Ambiental. Em outras categorias de análise, detectou-se que, segundo 92% dos beneficiários do Bolsa Verde, não foi promovido no assentamento nenhum curso, oficina ou palestra destinada à educação ambiental desde a contratação do programa. Outro fator relevante para tais níveis de Indicador Ambiental é que, de acordo com 97% dos beneficiários, não houve nenhuma iniciativa governamental no auxílio ao desenvolvimento de práticas sustentáveis voltadas para as finalidades do Programa Bolsa Verde no Assentamento Canudos.

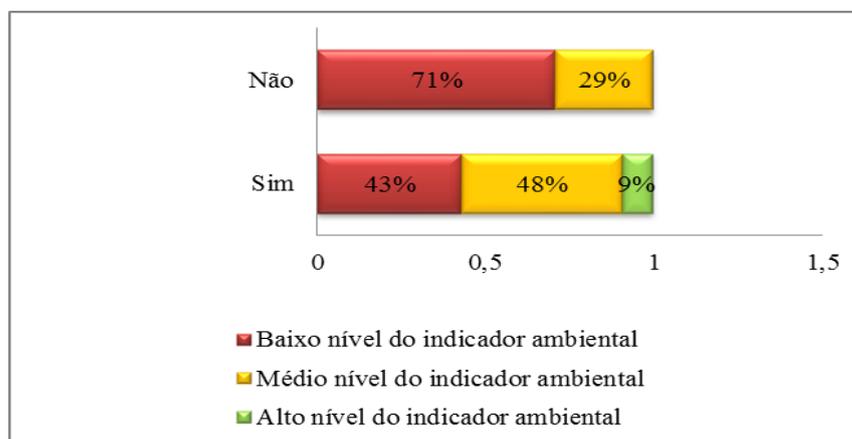


Gráfico 2: Relação entre rotação de cultura e Indicador Ambiental

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A rotação de cultura consiste na alternância de diferentes culturas, em determinado tempo, sob a mesma área e estação do ano (FRANCHINI et al., 2011). Observou-se que 71% dos beneficiários que não fazem rotação de cultura encontram-se com baixo Indicador Ambiental e outros 29%, em nível médio. Entre os beneficiários que promovem a rotação de cultivos em seus lotes: 48% mostram Indicador Ambiental Médio; 43%, Baixo Indicador e 9%, Indicador Ambiental Alto.

A prática da rotação de culturas proporciona o aumento na produtividade agrícola, melhoria na qualidade física, química e biológica do solo e ainda promove a redução de pragas e doenças na lavoura (FRANCHINI et al., 2011). Desse modo, a rotação de cultura se torna uma prática relevante para a conservação do solo, bem como para a conservação de todo o ambiente.

Como se constatou que a maioria dos beneficiários do Bolsa Verde não promove rotação de cultura em seus lotes, quanto à finalidade de incentivar o uso sustentável dos recursos naturais, o programa apresenta indícios de inefetividade.

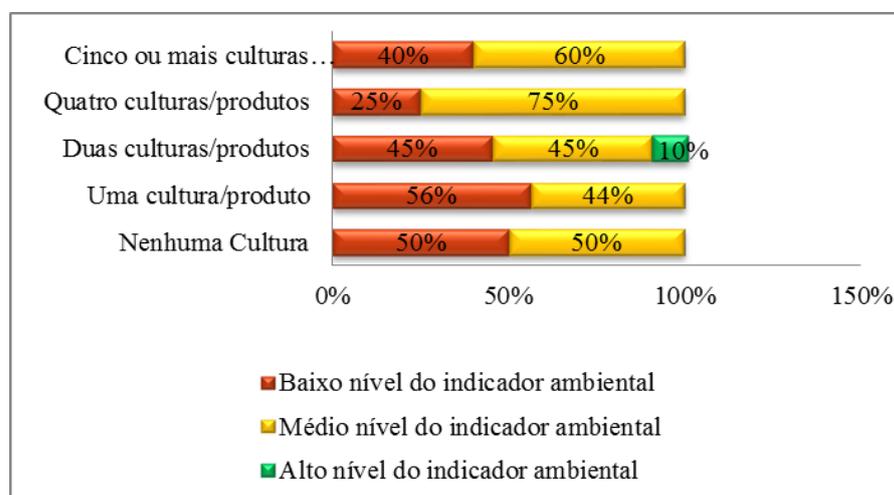


Gráfico 3: Relação entre a diversificação produtiva e o Indicador Ambiental

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

O Gráfico 3 mostra uma tendência de correlação entre maior número de culturas e maior nível do Indicador Ambiental. A título de exemplo, dos beneficiários que estão produzindo quatro culturas, 75% apresentam Indicador Ambiental Médio. Existem duas exceções: uma se encontra no Alto Indicador Ambiental, representado somente por um grupo familiar, e a outra se refere aos beneficiários que não estão produzindo nenhuma cultura, somando somente dois grupos familiares.

Para as famílias, a diversificação produtiva consiste em um fator importante para a lavoura e para o meio ambiente, pois pode significar menor vulnerabilidade às pragas, redução no uso de defensivos e a preservação do patrimônio genético, ou seja, da biodiversidade (WEID, 2009). Todavia, ainda que haja diversificação produtiva nos lotes, foi verificado um elevado percentual de uso de agrotóxico. 76% dos agricultores utilizam defensivos agrícolas em suas lavouras. Segundo um entrevistado, “Eu uso sim, e agrotóxico pesado, pois o mais fraquinho não adianta nesse matagal aqui” (Entrevistado 3, pesquisa de campo 2015). Outro respondeu que “Estava ali, batendo um veneninho. Pode falar tudo, mas ninguém vai poder falar que minha roça morreu de praga” (Entrevistado 4, pesquisa de campo 2015).

O Programa Bolsa Verde não tem cumprido minimamente seu papel quanto à conscientização de seus beneficiários sobre o objetivo da manutenção e uso sustentável dos ecossistemas. Por outro lado, percebe-se insuficiente, ou inexistente, a devida fiscalização.

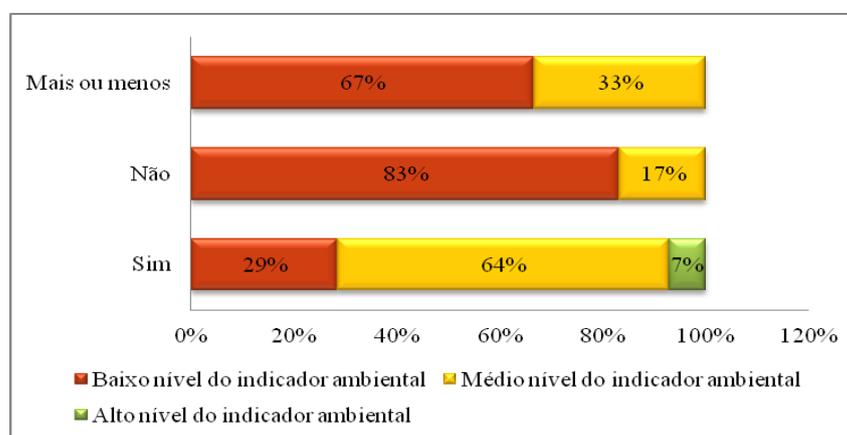


Gráfico 4: Relação entre o nível de compreensão dos beneficiários e o Indicador Ambiental

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

No Gráfico 4 é possível perceber que, entre os beneficiários que não compreendem o programa, 83% estão com Baixo Indicador Ambiental. Dos beneficiários que assimilam o programa relativamente (mais ou menos), 67% mostram Indicador Ambiental baixo e 33%, médio indicador. Entre aqueles que entenderam o programa em sua universalidade, 64% estão em Médio Indicador Ambiental, 7% em Alto Indicador e 29% em Baixo Indicador Ambiental.

Diante desses números, é possível afirmar que os resultados apontam para um entrave institucional no Programa Bolsa Verde em relação à transmissão de informações

aos beneficiários, uma vez que a maioria deles não compreende a universalidade do programa e outros genericamente não o compreenderam. As práticas podem se modificar caso os agricultores tenham conhecimento de suas obrigações e direitos no programa. No momento da instituição de uma política pública, sob um dado ambiente, é necessário que haja comunicação entre os gestores e os contemplados pela política, que deve ter seus objetivos, finalidades e possíveis êxitos apresentados com clareza e eficiência aos sujeitos a que se destina.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos conclusivos, o processo de avaliação da efetividade do programa Bolsa Verde no Assentamento Canudos no Estado de Goiás, deu-se a partir da realização de entrevistas, em que foram aplicados formulários semiestruturados, com questões referentes ao uso do solo, ao modo de produção, o combate e controle de pragas, entre outras. Essas categorias compuseram o Indicador Ambiental (IA), um instrumento metodológico composto por dez questões atinentes às práticas agrícolas sustentáveis.

Assim, ao analisar os dados obtidos pelo Indicador Ambiental é possível perceber que a maioria das famílias entrevistadas no Assentamento Canudos apresentam níveis baixo e médio, diagnóstico corroborado pelas demais categorias de análise, que também mostraram que os beneficiários não detêm conhecimento técnico das finalidades do Programa Bolsa Verde.

Logo, o entrave institucional para um maior êxito do programa surge na inexistência ou insuficiência da promoção e incentivo da participação dos beneficiários em ações destinadas à capacitação ambiental, social, técnica e profissional, pois nenhuma ação governamental foi proposta para os beneficiários envolvendo o ensino de práticas sustentáveis. Desse modo, a diretriz de promoção de desenvolvimento rural sustentável pretendido com a instituição de uma política pública dessa natureza vem sendo prejudicada no universo empírico pesquisado.

Contudo, o Programa Bolsa Verde é uma política pública relativamente nova e necessita da proposição de uma agenda de pesquisa destinada a um processo de avaliação continuado, considerando suas experiências em outras localidades e abordando e aprimorando as categorias de análise aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, M.. A ação dos grupos de pressão nos processos constitucionais recentes. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 6/7, p. 149-168, 1996.

ARAÚJO, R. M.; GOMES, F. P. Pesquisa quanti-qualitativa em Administração: uma visão holística do objeto em estudo. **Rumos** (João Pessoa), João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 149-161, 2004.

ARRETCHE, M. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth. **Avaliação de políticas: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez Editora/IEE/PUC/SP, 1998. p. 29-39.

BARRETO, R. C. S.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. Sustentabilidade dos Assentamentos no Município de Caucaia-CE. **Revista de Economia e Sociologia**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 225-247, abr./jun. 2005.

BRASIL. **Lei 12.512**, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006.

BRASIL, **Lei n. 7.572/2011**. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORREA, W. K.. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo - Território**, v. n. 5, p. 214-242, 2008.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R.. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: **VELA, H. (org.). Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no MERCOSUL**. Santa Maria, UFSM/Pallotti. 2003.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone; Campinas: UNICAMP, 1985.

FRANCHINI, J. C.; COSTA, J. M. da; DEBIASI, H.; TORRES, E. Importância da rotação de culturas para a produção agrícola sustentável no Paraná. Londrina: In: **Embrapa Soja, 2011^aA**

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios**. PNAD Segurança Alimentar. Rio de Janeiro, 2013.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciências & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KIVINIEMI, M. **Public policies and their trajectories: a typological elaboration of the concept of implementation**. Paris, 1985.

KOSOY et al. Payments for environmental services in watersheds: insights from a comparative study of three cases. **Central America. Ecological Economics**, v. 61, n. 2-3, p. 446-455, mar. 2006.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde**. Brasília/DF, 2015.

NEVES NETO, C. de C.; HESPANHOL, A. N. O desenvolvimento rural no Brasil e em Portugal: os casos do Programa de Microbacias em São Paulo e da Iniciativa Leader em Portugal. **Ateliê**

Geográfico, Goiânia-GO, v. 8, n. 1, p. 74-102, abr. 2014.

OLIVEIRA, M. M.; ARAÚJO, J. C. A política agrícola como matéria constitucional. In: Senado Federal (Org.). **Estado e economia em vinte anos de mudanças**. 1. ed. Brasília: Instituto Legislativo Brasileiro, 2008. v. IV, p. 762-797.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House, 1986.

PLOEG, J. D. van der et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, UK, v. 40, n. 4, p. 391-408, out. 2000.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3 (119), p. 511-531, jul.-set. 2010.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. v. 1.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez. 2006.

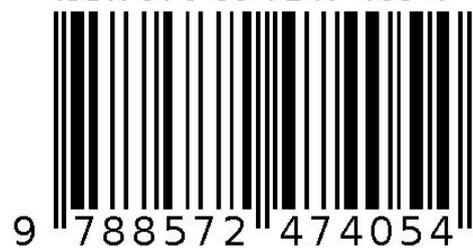
WEID, J. M. van der. Um novo lugar para a agricultura. In: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SOBRE A ORGANIZADORA

JAQUELINE FONSECA RODRIGUES – Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Especialista em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG; Professora Universitária em Cursos de Graduação e Pós-Graduação, atuando na área há 15 anos; Professora Formadora de Cursos de Administração e Gestão Pública na Graduação e Pós-Graduação na modalidade EAD; Professora-autora do livro “Planejamento e Gestão Estratégica” - IFPR - e-tec – 2013 e do livro “Gestão de Cadeias de Valor (SCM)” - IFPR - e-tec – 2017; Organizadora dos Livros: “Elementos da Economia - 1”; “Conhecimento na Regulação no Brasil” e “Elementos da Economia - 2” - Editora Atena – 2018 e 2019 e Perita Judicial na Justiça Estadual na cidade de Ponta Grossa – Pr.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-405-4



9 788572 474054